

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária
Período de Análise: outubro de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico Biodiesel Br
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto É Dinheiro Rural
Agroanalysis
Carta Capital

Índice

“Limite à compra de terras por estrangeiros reforça direitos humanos” – Sítio Eletrônico do MST – 1/10/2010	3
Comunidades Tradicionais na resistência à expansão dos agronegócios e à devastação do meio ambiente – Sítio Eletrônico da CPT – 05/10/2010	5
Chávez anuncia medidas para impulsionar Reforma Agrária – Sítio Eletrônico do MST – 06/10/2010	8
Bancada ruralista diminui 45%, mas mantém núcleo duro – Sítio Eletrônico do MST – 08/10/2010	10
A ofensiva do capital sobre a agricultura na América Latina – Sítio Eletrônico da CPT – 15/10/2010	12
Os próximos passos pelo limite da propriedade rural – Sítio Eletrônico da CPT – 28/10/2010	14
ONU alerta para a compra de terras em emergentes – Estado de São Paulo – Economia – 14/10/2010	16
Nas urnas, equilíbrio de ruralistas e sem-terra – José Maria Tomazela - Estado de São Paulo – Nacional – 17/10/2010	17
Terras agrícolas na alça demira – André Neloni Nassar – O Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 20/10/2010	18
MDA/Incra vai acelerar regularização de títulos expedidos em faixa de fronteira – Sítio Eletrônico do MDA – 22/10/2010	20
MST prepara ação logo após 2º turno – O Estado de São Paulo – Capa – 24/10/2010	21
MST planeja invasões após trégua eleitoral – José Maria Tomazela - Estado de São Paulo – Nacional – 24/10/2010	23
O campo à margem da campanha – Tatiana Farah – O Globo – Nacional – 24/10/2010	24
Governo prevê limitar agropecuária na Amazônia – Catarina Alencastro – O Globo – O País – 25/10/2010	25
Despejados, sem-terra ateam fogo em sítio - José Maria Tomazela – O Estado de São Paulo – Nacional – 30/10/2010	27
Despejados, sem-terra ateam fogo em sítio - José Maria Tomazela – O Estado de São Paulo – Nacional – 30/10/2010	28
Acordo no Japão renova esperanças – Herton Escobar - Estado de São Paulo – Vida – 31/10/2010	29

“Limite à compra de terras por estrangeiros reforça direitos humanos” – Sítio Eletrônico do MST – 1/10/2010

Há décadas, terras agrícolas brasileiras despertam a cobiça de estrangeiros. Isso não é uma novidade. No entanto, o parecer 01/2008, da Advocacia Geral da União (AGU), aprovado pela Presidência da República, é uma barreira que pode mudar esse quadro. O texto, publicado no dia 23 de agosto passado, limita a compra de terras brasileiras por estrangeiros.

Segundo Jacques Tavora Alfonsin, advogado e procurador aposentado do Estado do Rio Grande do Sul, o parecer reforça a defesa de direitos humanos fundamentais para o povo brasileiro, como a soberania nacional.

“O direito de propriedade tende a se expandir ilimitadamente, subordinado apenas à capacidade econômica de quem compra terra. Se isso já causou tantos males ao país, que a própria Constituição Federal viu-se forçada a prever, num inteiro capítulo da sua redação, a necessidade inadiável da Reforma Agrária, é porque a concentração desse direito em poucas mãos, sem controle eficaz, é danosa para a terra e o povo da terra”, explica.

Com o parecer, empresas controladas pelo capital estrangeiro estão impedidas de adquirir imóveis rurais acima de 50 módulos fiscais (varia entre 250 a 5 mil hectares, dependendo da região do país). O capital estrangeiro também não poderá comprar terras que representem mais de 25% da área de um município.

Controle do agronegócio

No entanto, há especialistas que desconfiam de que o texto da AGU sozinho seja insuficiente para garantir o controle do agronegócio no país. “Se a aplicação das disposições constitucionais e infraconstitucionais, relacionadas com o controle da terra, for respeitada, o parecer será suficiente”, afirma Alfonsin.

Segundo ele, o parecer conta ainda com um sólido amparo legal para se tornar eficaz. Por exemplo, o Estatuto da Terra, as leis 5709/71 (posse e propriedade de terras no território nacional) e 6634/79 (competência do Conselho de Segurança Nacional para autorizar ocupação do território brasileiro), ambas anteriores a Constituição de 1988, além da 8629/93.

“Se existe algum ponto negativo no parecer da AGU, esse talvez possa ser, salvo melhor juízo, o de ter se preocupado demais com a revogação do art. 171 da Constituição Federal, aquele que distinguia empresa estrangeira, de empresa nacional com maioria de capital estrangeiro”, ressalta o advogado.

Por outro lado, especialistas em investimentos afirmam que, com o parecer, vai cair o número de investimentos no Brasil e que as matérias-primas, como a celulose, vão ficar mais caras.

O ex-procurador aposentado do Estado do Rio Grande do Sul não concorda com a avaliação. “Sempre que um mega projeto econômico se vê, de alguma forma, limitado no seu ímpeto de expansão sobre terra e domínio sobre pessoas, reclama com estridência ao nível do escândalo público”

Alfonsin acredita que essa ameaça tem base apenas nas “lei do mercado”. “Isso demonstra o quanto o poder econômico deste sistema se sente e tem-se mostrado bem superior ao poder da lei do Estado”, completa.

Espoliação dos estrangeiros

De acordo com o Banco Mundial, o Brasil possui cerca de 15% das terras no mundo ainda não exploradas. A entidade também revela que 46,6 milhões de hectares de terras foram adquiridos por estrangeiros nos países em desenvolvimento, entre outubro de 2008 e agosto de 2009 - área superior a toda a região agricultável do Reino Unido, França, Alemanha e Itália.

Dados divulgados pelo Incra, em junho de 2010, informam que o maior número de hectares sob controle de estrangeiros no Brasil está no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Paraná, Goiás, Pará e Amazonas.

“A nossa história, lamentavelmente, registra que aquilo que se tem considerado crescimento econômico não equivale à melhoria do bem-estar social de todo o povo. Os vestígios do modelo colonizador que se implantou aqui, desde 1500, ainda perduram em grande parte da cultura exploradora e predatória da nossa terra”. denuncia.

As obras dos maiores pensadores da realidade brasileira, como Celso Furtado (A formação econômica do Brasil), Raymundo Faoro (Os donos do poder), Ruy Cirne Lima (Terras devolutas), Sergio Buarque de Holanda (Raízes do Brasil) e Darcy Ribeiro (O processo civilizatório), de acordo com Alfonsin, apontam que a “presença estrangeira sobre nossa terra, com raras exceções, foi marcadamente espoliativa e predatória”.

A STCP Engenharia, de Curitiba, informa que o parecer do governo resultou na suspensão de cinco projetos florestais e agrícolas que estava tocando, que somariam US\$ 3,2 bilhões, sendo que US\$ 700 milhões seriam destinados à implementação de indústrias.

“A terra não é somente de proprietários. Ela tem um destino natural que não é o de dar abrigo e alimento a todo o povo. Esse não pode ser traído, de modo

particular, pelo agronegócio exportador, cujo apoio da mídia e de grande parte do Poder Público faz parecer como a panacéia dos nossos males”, esclarece o advogado.

Ele espera que as conclusões previstas no texto do parecer sejam respeitadas e reforcem Poder Público da União.

Comunidades Tradicionais na resistência à expansão dos agronegócios e à devastação do meio ambiente – Sítio Eletrônico da CPT – 05/10/2010

Em entrevista a CPT Nordeste II, o antropólogo Alfredo Wagner, analisa a situação atual das comunidades tradicionais frente aos conflitos no campo. Segundo o último levantamento da CPT, eles são os principais envolvidos em cerca de um quarto dos conflitos no campo no país.

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o envolvimento de comunidades tradicionais em conflitos sociais no campo aumentou consideravelmente no último ano, chegando a representar cerca de um quarto do total dos conflitos registrados. Em entrevista à CPT NE II, o pesquisador e professor da Universidade Federal do Amazonas, Alfredo Wagner*, aprofunda a análise sobre esta nova configuração dos conflitos no campo e ressalta a importância do debate do território, considerando-o como elemento central da questão agrária brasileira. Para o pesquisador, “Está em jogo uma ideia de que os conflitos hoje não são só conflitos agrários stricto sensu, são conflitos sociais no campo que têm uma dimensão cultural, identitária e étnica.”

CPT NE II - A partir dos dados da CPT, temos visto nos últimos anos um aumento significativo do envolvimento de comunidades tradicionais em conflitos no campo no Brasil. Como o senhor analisa esse novo desenho dos conflitos no campo?

Alfredo Wagner – Com relação aos conflitos sociais no campo o que mais me chamou a atenção, no último levantamento feito pela CPT, foi que do total de 528 ocorrências registradas no decorrer de 2009, cerca de um quarto delas correspondia a povos indígenas e quilombolas, às comunidades de fundo de pastos e comunidades de faxinais, às quebradeiras de coco babaçu, às comunidades extrativistas na Amazônia, ribeirinhos e outras unidades sociais usualmente designadas como povos ou comunidades tradicionais. Uma leitura à primeira vista é que os interesses dos agronegócios (soja, cana-de-açúcar, dendê, eucalipto, pecuária e carvoarias atreladas a guseiras), combinados com ações de mineradoras e grandes projetos de infraestrutura (rodovias, barragens, hidrovias, aeroportos, portos) e com medidas governamentais ditas de “regularização fundiária” estão pressionando mais diretamente as terras tradicionalmente ocupadas. O aquecimento do mercado de terras está impondo novas tentativas de usurpação de direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais. Estas comunidades, agrupadas em torno de identidades coletivas, tem mostrado um formidável potencial de resistência à expansão dos agronegócios e à devastação ambiental. Na defesa dos recursos hídricos e florestais, tem inclusive colocado inúmeros condicionantes às chamadas agroestratégias, que visam incorporar a todo

custo e de maneira célere novas extensões de terra ao mercado de commodities. Está-se diante de um fenômeno recente, que traz os conflitos para dentro dos aparatos de poder, nos meandros do Estado. Os “crescentistas”, como diria Carlos Vainer, para classificar o aparato burocrático e de planejamento que privilegia as “grandes obras”, parecem denotar um absoluto menosprezo pela capacidade econômica das comunidades tradicionais e por qualquer fator que associe elementos identitários a lutas econômicas. De outro lado, tem-se os que se empenham no reconhecimento da diversidade cultural e do que Hobsbawm chama de “política de identidade”, evidenciando o quanto estes fatores são essenciais ao desenvolvimento sustentável. Tal contradição nos levou a indagar o porque e proceder à leitura crítica de inúmeras interpretações conflitantes.

Uma destas interpretações refere-se à formulação de Elinor Ostrom, ganhadora do Prêmio Nobel de Economia, em 2009, que afirma que a gestão comunitária tem apresentado uma eficácia tão grande ou maior que a gestão privada ou governamental. Perguntamo-nos se isso se daria através do conhecimento profundo que as comunidades têm de um ecossistema ou de um determinado bioma, ou se seriam laços de solidariedade que não foram esgarçados ou fragilizados como teria sido no caso de trabalhadores rurais, dos chamados “posseiros” e, enfim, dos chamados “proletários”? A perda da capacidade mobilizadora de certas categorias sociais glacializadas ou despolidizadas, evidenciou a inspiração mobilizatória dos que se agruparam nas identidades coletivas e emergentes, gravitando em torno da força política acoplada no novo significado de “tradição” e de “tradicional”. A partir dessas verificações e de indagações sobre o processo de transformação dos discursos e dos atos políticos é que nos detivemos no que é que poderia explicar o aumento da resistência ou do “envolvimento” de comunidades tradicionais nos conflitos no campo.

Novo capítulo dos conflitos sociais no campo Assistimos, assim, a um novo capítulo dos conflitos sociais no campo, marcado de um lado pelo aquecimento do mercado de terras, por agroestratégias muito agressivas e pela visão triunfalista do agronegócio. Segundo seus intérpretes, a re-primarização da economia brasileira tem sido o grande motor do crescimento econômico e “nós deveríamos agradecer” às agroestratégias pela maneira como está se dando. De outro lado, encontram-se as interpretações que evidenciam a importância da agricultura de base familiar, do uso comum dos recursos naturais e das formas de solidariedade intrínsecas às comunidades tradicionais.

Pode-se afirmar, quanto a isto, que nesta primeira década do século XXI, estamos assistindo não somente à emergência de novas identidades coletivas (que já mencionamos acima), mas também a um maior potencial de solidariedade e da capacidade de resistência destas comunidades tradicionais à expansão das agroestratégias. Essa combinação da emergência da identidade com o processo de mobilização e de resistência à ampliação das terras pelo agronegócio tem sido um elemento bastante contraditório. Os economistas e historiadores, de fundamentos evolucionistas, apostavam que os fundos de pastos não existiam mais, que as quebradeiras de coco babaçu representavam uma forma atrasada e primitiva de extrativismo, e mais: que o “extrativismo acabou”, que os índios tendiam a desaparecer face ao progresso e que os faxinais estavam em extinção. Essas eram as teorias evolucionistas e inspiradas no “crescentismo”, que dominavam o discursos dos planejadores desde a ditadura militar. Agora nós estamos constatando a reversão de tudo isso, a falácia destes argumentos positivistas e tão definitivos em seu eurocentrismo de nítida marca colonial. Nós estamos assistindo à afirmação dos quilombolas e à afirmação da gestão comunitária nas próprias terras indígenas.

Temos também o caso das quebradeiras de coco de babaçu mobilizadas em torno das leis do babaçu livre, bem como o dos faxinalenses com a luta pelo “pinhão livre” no Paraná.

Nós temos, em verdade, o fortalecimento efetivo de tudo aquilo que estava classificado pelo poder como em “extinção” e que, no momento atual, parece se agrupar na definição de comunidades tradicionais. Essas comunidades emergem como existências coletivas relativamente consolidadas e com potencial de enfrentamento à expansão dos agronegócios.

Nesse sentido, as novas plantations (soja, cana-de-açúcar, dendê e plantios de eucalipto vinculados às fábricas de papel e celulose) tem uma fragilidade a toda prova face às flutuações dos preços de mercado. Isto não ocorre com as comunidades tradicionais, que revelam maior capacidade de resistir às flutuações dos preços. Elas tem autonomia produtiva frente às flutuações do mercado de commodities, em um período em que há uma crise de alimentos e em que boa parte das novas plantations volta-se para a produção de biocombustíveis.

Os relatórios da FAO, de agosto e setembro de 2010, indicam a gravidade da questão expondo a expressão do êxodo rural no mundo nas duas próximas décadas. Os números convergem para 30 milhões de pessoas se deslocando anualmente do campo para as cidades nos próximos 20 a 30 anos. Segundo estimativas, apenas 20% da população permanecerá no campo, tomando a Índia e a China como referência, sendo que no Brasil já poderíamos observar um quadro dessa natureza. Isso nos leva a pensar sobre o papel dessas comunidades tradicionais e porque elas são consolidadas. É diferente dos assentados pelo INCRA e dos posseiros *stricto sensu*, bem diferente daqueles que utilizam a estratégia permanente de ocupar. As comunidades tradicionais já estão ocupando efetivamente as terras e têm uma resposta pronta ao agronegócio.

CPT NE II – E é a expansão do agronegócio não apenas para a produção de grãos, não só para plantar cana e soja, e sim para se apropriar e explorar a riqueza do território, a biodiversidade...

Alfredo Wagner - Dentro das estratégias das Indústrias de Biotecnologia, está sempre em jogo o controle do patrimônio genético. Esse controle é central para responder essa questão e

ele se dá pela mercantilização da floresta em pé. Há todo um conjunto de estratégias de empresas muito sofisticadas, com seus especialistas, economistas, biólogos, antropólogos e advogados para definir esse valor mercantil, para definir o circuito de comercialização desse patrimônio genético e a sua utilização industrial, questões relacionadas à legislação e os mecanismos de repartição de benefícios. Essa luta pelo controle do patrimônio genético é muito forte, é como se o capitalismo tivesse duas versões na sua expansão: uma versão de destruição das florestas, com as novas plantations, tendo que destruir as áreas de mata para o plantio de soja, dendê e eucalipto e para a formação de pastagens artificiais; e essa outra versão que é a de conservar a floresta e preservar a biodiversidade. São duas vertentes do desenvolvimento do capitalismo que estão em conflito aberto, mas confluindo para uma mesma região. Nesta segunda vertente, os interesses dos laboratórios de biotecnologia andam juntos com aqueles dos laboratórios farmacêuticos e da Indústria de cosméticos, sem mencionar as empresas que negociam a venda de créditos de carbono, que já estão ganhando corpo nas bolsas de valores.

As comunidades tradicionais estão resistindo. Umam resistem ao desmatamento e outras às tentativas de controle do patrimônio genético pelas grandes empresas. Elas resistem impondo o seu saber tradicional àqueles interesses

empresariais que buscam controlar o patrimônio genético. Ela se contrapõe aos laboratórios de biotecnologia e às indústrias de cosméticos.

Assistimos hoje a uma luta com características diferentes do que foi no passado. Não se trata da acumulação primitiva *stricto sensu*, trata-se de outras formas de controlar recursos hídricos e florestais. Está em jogo uma ideia de que os conflitos hoje não são só conflitos agrários *stricto sensu*, são conflitos sociais no campo que têm uma dimensão cultural, identitária e étnica.

Estes conflitos estão apoiados, primeiramente, pelo processo de autodefinição desses grupos, que têm uma autoconsciência cultural de sua situação, como os faxinalenses, como fundo de pastos, indígenas, quilombolas. Eles se autodefinem assim, dentro das relações que mantêm com os outros grupos, não pelas suas características intrínsecas. Assim, eles estabelecem um quadro identitário diferente, de afirmação e de manutenção do seu território. Então tem direitos territoriais em jogo no reconhecimento de comunidades e povos tradicionais, não são só agrários, não é só terra. Esses direitos territoriais são os que apontam para o futuro. Eles são que definirão, de certa forma, uma parte da resistência, principalmente na área de floresta Amazônica, à expansão do agronegócio.

CPT NE II - Nós acompanhamos algumas comunidades tradicionais em Pernambuco e percebemos uma contradição muito grande. Por um lado, houve avanço com o Estado reconhecendo essas populações, mas por outro lado, esse reconhecimento os limita.

Temos o exemplo de uma comunidade quilombola chamada Castainho, em Garanhuns, agreste de PE. A comunidade afirma que seu território é mais de 3 mil hectares, no entanto, o Estado só reconhece 298 hectares. Então, isso diz um pouco da diferença do conceito de território para as comunidades e para o Estado...

Alfredo Wagner - Não há uma coincidência entre a representação que o Estado tem de território e a territorialidade específica que o próprio grupo tem de si mesmo, das suas necessidades, do seu conjunto de atividades culturais. Então essa autoconsciência cultural é fundamental para delimitar uma outra territorialidade, que se distingue da oficial, e que é aquela que o grupo considera importante para a sua reprodução física e cultural, e ela contradiz aquela do Estado, que é a terra. O Estado, ao lidar com a comunidade tradicional, pensa na terra, e o grupo está pensando em território, então as dimensões não coincidem e acaba que o reconhecimento às vezes pode causar uma limitação para o grupo. No entanto agora, é mais importante nós termos políticas de reconhecimento, com demarcação de terras para depois discutirmos os efeitos das políticas de identidades.

* Alfredo Wagner Berno de Almeida é antropólogo, coordenador do NSCA/CESTU-UEA, professor do PPCAS-UFAM e pesquisador do CNPq.

Chávez anuncia medidas para impulsionar Reforma Agrária – Site Eletrônico do MST – 06/10/2010

O presidente venezuelano, Hugo Chávez, anunciou no último domingo, que no mês de outubro o seu governo expropriará terras improdutivas em três estados do país como parte da retomada da luta contra o latifúndio.

A ofensiva foi iniciada com a expropriação da empresa Agroisleña, maior distribuidora de insumo do setor agropecuário, e com a nacionalização de um grupo de fazendas, de propriedade da empresa inglesa Vestey, que detém um total de 300 mil hectares e milhares de cabeça de gado.

"Vamos acelerar a revolução agrária e para isso vamos intervir ativamente em grandes latifúndios nos estados de Lara, Apure e Zulia", afirmou Chávez durante seu programa dominical de rádio e televisão, o Alô Presidente.

O presidente ressaltou que estas expropriações dão início a "uma nova ofensiva em seu empenho de aumentar a produção de alimentos do país e acabar com o monopólio da agroindústria capitalista."

O ministro de Agricultura, Juan Carlos Loyo, comentou que com esta medida, a Venezuela avançará na luta contra a exploração de pequenos produtores agrícolas: "avançaremos na produção de alimentos e assim fortaleceremos a Soberania Alimentar em nosso país."

O ministro afirmou nesta segunda-feira que o Governo já iniciou uma reaproximação com os representantes legais das Agroisleña sobre a expropriação da empresa. O ministro também negou que a aquisição da empresa afete negativamente as condições de trabalho dos empregados.

Agroisleña

A Agroisleña convocou a Confederação de Produtores Agropecuário, a FEDEAGRO, para uma reunião de emergencia. Na ocasião, os produtores agrícolas associados à Confederação consideraram a decisão de Chávez como a mais dura de seu governo em relação ao setor agrícola.

A Agroisleña é uma empresa espanhola-venezuelana fundada há 52 anos, e chegou a envolver mais de 18 mil produtores em 50 anos, distribuindo sementes e insumos na Venezuela. A Agroisleña tem a mesma prática que a empresa Monsanto: possui filiais em 18 estados e controla a distribuição de cerca de 70% dos itens principais para processar os produtos da cesta básica, como o arroz, milho e outros grãos. Além disto, a empresa também detém o monopólio da distribuição de sementes, que vem com todos os pacote de tecnologia no mesmo estilo de Monsanto.

Em nota, a Frente Nacional Campesino Ezequiel Zamora (FNCEZ) declarou total apoio ao Presidente Chávez. A FNCEZ apela a todos os venezuelanos, que atuam em diferentes organizações sociais, para que estejam em alerta para qualquer ofensiva praticada pela oposição, que venha a atrapalhar o processo de retomada da luta contra o latifúndio no país.

Bancada ruralista diminui 45%, mas mantém núcleo duro – Sítio Eletrônico do MST – 08/10/2010

A bancada ruralista da legislatura 2006/2011 perdeu 50 de seus 117 integrantes. A bancada era composta de 117 deputados, mas por diversos motivos (cassação, renúncia, novos cargos e falecimento) seis deles foram impedidos de concorrer.

Além disso, dos 50 que não voltarão à Câmara dos Deputados, 30 foram derrotados nas urnas e 21 optaram por não se candidatar. Assim, a bancada ficou reduzida a 111 parlamentares e, entre estes, 61 (55%) foram reeleitos. Isso significa que a atual bancada perdeu 45% dos seus membros.

Parlamentares importantes para a articulação dos ruralistas como Mendes Thame, Gerson Peres, Hugo Bhiel, Bonifácio de Andrada, Odílio Balbinotti, Raul Julgmann, Valdir Colatto e Vadão Gomes, que foi presidente da Comissão de Agricultura, foram rechaçados nas urnas.

Porém, o núcleo duro da bancada se manteve intacto com a reeleição dos deputados Ronaldo Caiado, Ônyx Lorenzoni, Darcísio Perondi, Lupion, Micheleto, Heinze, Paulo Bornhausen, Sandro Mabel, Valdir Colatto, entre outros.

A bancada teve três baixas devido ao falecimento dos deputados Max Rossemann, Mussa Demes e Fernando Diniz. O deputado Jerônimo Reis foi cassado e Waldir Neves, renunciou.

Por outro lado, os deputados Waldemir Moka (MS) e Ciro Nogueira (PI) se elegeram senador e vão reforçar, naquela Casa, o campo agrário-empresarial com a senadora Kátia Abreu.

O deputado Jader Barbalho (PA) conseguiu votos suficientes para se eleger ao Senado Federal, mas está sob juízo pela lei da Ficha Limpa. O deputado João Oliveira se tornou o vice de Siqueira Campos eleito governador de Tocantins e o deputado José Mucio Monteiro assumiu o Tribunal de Contas da União (TCU).

Nas eleições de 2010, o partido que mais reelegeu ruralistas foi o PMDB (15), seguido do PFL (13), PP (10) e PSDB (9). O PPS reelegeu quatro, o PTB e o PR reelegeram três e o PDT, dois.

Em relação às unidades federativas, o Paraná manteve o maior número de ruralistas (11), seguido de Goiás e Minas Gerais, com sete cada um. Os estados onde a bancada teve as maiores baixas foram Bahia e Minas Gerais onde não se reelegeram sete ruralistas, respectivamente. São Paulo elegeu apenas três ruralistas, mas o apoio

de setores agropecuários e do agronegócio garantiu a reeleição de Aldo Rebelo (PCdoB).

A rejeição de quase a metade dos atuais componentes da bancada ruralista pode estar indicando que há uma nova composição do eleitorado, mesmo do meio rural, que exige uma atuação parlamentar mais do que a simples postura de defesa dos interesses agropecuaristas.

Os deputados que se reelegeram e os novos que integrarão a bancada têm que tomar consciência que, os anos de confronto entre agricultura comercial de exportação e agricultura familiar e camponesa, estão sendo superados pelas sucessivas crises ambientais, climáticas e alimentares globais.

A pauta de defesa radical do continuado rolamento das dívidas agrícolas está anacrônico e não corresponde mais as demandas da sociedade do século 21. O discurso produtivista do agronegócio está, atualmente, restrito aos setores patronais que vem perdendo espaço como puxadores de votos. Por outro lado, entendemos que este discurso não amplia sua capacidade de sedução eleitoral. O eleitorado está demandando mais políticas públicas sociais, como saúde, educação, segurança alimentar, entre outras.

As grandes empresas agropecuárias, proprietárias das cadeias de produtivas e dos grandes estabelecimentos de distribuição, terão que fazer mais do que ocupar terras férteis com monocultura, mais do que fazer o país campeão mundial de uso de agrotóxicos banidos em outros países ou produzir safras recordes de grãos para alimentar animais nos países desenvolvidos.

Terão que enfrentar os desafios da mudança climática, da redução das emissões de gases de efeito estufa, do desmatamento, da degradação do solo e da perda de biodiversidade, como um problema decorrente da atividade agrícola.

A bancada ruralista, assim como nos mandatos passados, deverá se recompor na legislatura 2011/2015, mas se não evoluir nas práticas e no discurso, incorporando a preocupação ambientalista e de sustentabilidade, poderá ser varrida para a lata de lixo da história.

Os ruralistas, nas eleições presidenciais, tiveram um desempenho dúbio apesar de terem sido um dos setores mais favorecidos pelo governo Lula. A candidata Dilma perdeu em estados considerados domínio dos grandes agropecuaristas como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná.

Por outro lado, a candidata ganhou em Tocantins e Goiás e o Rio Grande do Sul. Este resultado paradoxal demonstra que a Bancada Ruralista só atua de forma coordenada nas votações congressuais onde seus interesses imediatos estão em pauta.

Não há e não houve uma articulação por dentro da Bancada para definir o apoio a um ou outro candidato presidencial. Houve uma espécie de liberação tácita de voto. Os candidatos se articulam conforme seus interesses locais e regionais durante o processo eleitoral.

Em fevereiro de 2011, de volta a normalidade legislativa os coordenadores da Bancada Ruralista vão contar as baixas, refazer os flancos perdidos, recompor a articulação e iniciar a disputa, por dentro dos seus partidos, para ocupar alguns espaços de decisão na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e no governo, independente de quem seja o Presidente da República.

A ofensiva do capital sobre a agricultura na América Latina – Sítio Eletrônico da CPT – 15/10/2010

João Pedro Stedile, do MST no Brasil, discutiu em painel no V Congresso da CLOC, a ofensiva do capital sobre a agricultura, e os projetos em disputa. Além disso, a mesa apresentou a situação dos mapuches no Chile, através do depoimento de Domingos Marileo.

Domingos Marileo representante mapuche, iniciou a tarde de trabalhos do dia 13 de outubro no V Congresso da CLOC. “Para nós e por nossas futuras gerações temos a necessidade urgente de valorizar a nossa identidade. Somos os primeiros povos, somos filhos da madre terra. Em nossa condição de mapuche, mas também dividindo nossa condição com outros povos originários, temos que denunciar a opressão dos governos neoliberais, que também se mostra sobre os povos originários, eles usam recursos de poder para expropriar as terras dos nossos povos. Mesmo assim, somos um povo que resiste”, declarou ele. “Através da história podemos ver que o capital tenta invadir nosso território. Os mapuches temos vivido a forma mais cruel da opressão e expropriação, com isso temos tentado lutar por um projeto democrático. Cada dia que passa necessitamos mais de um projeto alternativo em todas as áreas, que confronte o modelo neoliberal e garanta a liberdade dos povos originários”, concluiu o representante mapuche.

Articulação latinoamericana frente aos grandes projetos

“Vamos construindo uma articulação continental que junte as forças frente aos inimigos comuns”, com essa ideia João Pedro Stedile, membro da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil, iniciou sua fala que consistia em fazer um panorama da atual situação agrária na América Latina e do avanço do capital sobre essas terras.

Segundo João Pedro, em cada local o capital se comporta de forma distinta, porque o projeto do capital se constrói sobre bases naturais que se diferem de região para região, de país para país. Mas ele tem um plano geral de exploração e acumulação do lucros e riquezas, que permeia todo esse projeto. Um primeiro ponto a se destacar é que a maioria de nossos movimentos e a tradição que temos, é de que estes se formaram em um momento em que o capital industrial dominava. “Da década de 90 para cá, o capitalismo industrial está ingressando em uma nova etapa. Agora ele já não é dominado pelas fábricas, mas por um capitalismo financeiro, que é

controlado pelos bancos e que também está articulado com os grandes grupos econômicos e comerciais. Temos percebido mudanças na forma que o capital chega ao campo. Não é mais o capital industrial que quer vender insumos ao produtor. Há um movimento mais amplo, que levou a tendências gerais que estão ocorrendo em todo o mundo, como a compra de ações de empresas que se transformaram em grandes conglomerados”, frisou João Pedro.

Com a derrota dos países socialistas e com a economia capitalista fragilizada, organismos internacionais se transformaram em instrumentos de liberação de entrada de capital transnacional em nossos países latinoamericanos, de forma que o capital possa controlar nossas agriculturas, como no caso do FMI e do Banco Mundial. No Brasil, o setor capitalista gera, por ano, cerca de 130 bilhões, mas consegue dos bancos perto de 100 bilhões. Ou seja, para gerar essa cifra ele necessita de um investimento quase similar. Segundo João Pedro, foi parte da estratégia dos governos neoliberais, também destruir as articulações e políticas públicas de produção do campo. Agora com governos progressistas no continente, se está tentando derrubar isso, e recompor políticas estatais de proteção aos camponeses.

Em 2008 se instalou uma crise do capital. Era um momento, depois de um período histórico de refluxo dos movimentos sociais latinoamericanos, de retomar e alavancar as lutas no continente. Entretanto, segundo Stedile, na América Latina somente os povos bolivianos estão em ascensão, lutando por políticas públicas nas ruas, junto à população. Em nenhum outro país se viu ou se vê isso. “O que passou em nosso continente é que as contradições do sistema acabaram fortalecendo a ocupação do capital sobre nossa produção agrícola. Em nosso continente tivemos um processo crescente de desnacionalização do nosso campo. Com isso, o capital se apropriou de terras, água, sementes, hidrelétricas, mineradoras, entre outras. Nossas economias não sofreram com a crise, claro, porque o capital correu para cá, para o continente latinoamericano e, com isso, a economia cresceu, mas foi um crescimento para os capitalistas”, destacou João Pedro.

A crise da reserva de petróleo chegou ao ponto de que as empresas petrolíferas e automobilísticas começaram a investir no chamado biocombustível, a quem a Via Campesina chama de agrocombustível, por considerar que essa produção não significa, de nenhuma forma, vida. No Brasil, em três anos, as empresas transnacionais desnacionalizaram 30% de toda a produção de cana de açúcar. A Cargill hoje, no Brasil, industrializa 12 milhões de toneladas de cana por ano. É mais do que toda a produção canavieira dos países do Caribe juntos. E essa é, segundo Stedile, uma proposta para todos os países.

Esses grandes capitais fazem, também, especulações nas bolsas de valores. Com isso, os produtos agrícolas padronizáveis, as chamadas commodities, vendem nas bolsas de mercadoria os alimentos primários produzidos no mundo. As grandes empresas, para proteger seu capital financeiro, transformam esse dinheiro em títulos mercantis. Toda a safra de milho, trigo e soja, por exemplo, já está vendida até 2015.

Capitalismo e Estado

Como resultado da crise, o capitalismo, que até então não se importava com o Estado, pois considerava que o mercado controlava e resolvia tudo, passa a perceber que a saída que tinham para seus problemas era o próprio estado, pois ele é uma máquina de impostos. Os capitalistas agora, portanto, revalorizaram o estado. Por isso, voltaram a disputar os governos com os movimentos sociais e as alianças de esquerda. Isso fica claro nas tentativas de derrubar os governos progressistas no continente, como o de Rafael Correa, Evo Morales, Lula e outros, pois querem disputar dinheiro dentro do Estado.

Hoje, segundo Stedile, temos uma situação muito grave, pois mudou a classe dominante no campo e o principal controle das produções agrícolas no mundo, agora, está nas mãos das empresas transnacionais e dos bancos, que estão atrelados a eles. Trinta empresas controlam toda a produção agrícola do mundo, quando não controlam fisicamente, controlam os preços.

“O fundamental para eles é controlar os preços, é assim o mercado, inclusive nos países que antes eram exportadores de determinado produto. Tudo se está privatizando. No Brasil, a Nestlé tem uma ‘taxa de ganância’ maior vendendo água do que vendendo leite. Isso também está levando a uma padronização dos alimentos, e isso é um risco para a humanidade.

Querem que todos os povos comam a mesma comida. Uma comida que não é saudável e que tem aumentado os casos de doenças e cânceres no mundo, principalmente por causa dos agrotóxicos”, destacou Stedile.

O agronegócio veio com o monocultivo, para aumentar suas taxas de ganância. Necessitam, com isso, de máquinas agrícolas e não de mão de obra humana. Outro ponto a se destacar é que precisam sempre de grandes quantidades de venenos, agrotóxicos e, com isso, destroem tudo, água e todos os recursos naturais a sua volta. “A agricultura camponesa é a única que pode salvar o planeta porque é ela que protege a biodiversidade, que protege a pachamama”, disse João Pedro.

Dentro da sua lógica expansionista, o capitalismo olhou para os indígenas, afrodescendentes e comunidades tradicionais, como parcelas atrasadas. E com isso, as investidas dele sobre os territórios desses povos tem aumentado muito. Isso causa expulsão e prejudica, ainda, o modo de vida tradicional dessas comunidades. No Brasil há cidades onde se tem grande produção de soja, em que triplicou o número de abortos por causa da água da chuva que as mulheres beberam, e que já vinha com agrotóxico.

“Temos agora que fazer luta de classes para disputar um modelo de produção agrícola. É impossível conviver o modelo capitalista de agronegócio com o modelo camponês, enquanto modelo de produção. Temos também que disputar territórios, para transformar grandes regiões em territórios camponeses”, enfatizou Stedile. Usando uma premissa de José Martí, um grande revolucionário cubano, de que “só o conhecimento liberta verdadeiramente as pessoas”, João Pedro concluiu sua exposição dizendo, “temos que tomar a educação como uma bandeira dos camponeses, para que o conhecimento seja patrimônio de todos que vivem no meio rural. Só é possível manter a juventude no campo, se desenvolvermos formas de emprego de que goste a juventude, aplicando, com isso, seu conhecimento e aprendizado”.

Os próximos passos pelo limite da propriedade rural – Sítio Eletrônico da CPT – 28/10/2010

Mais de meio milhão de brasileiros e brasileiras votaram pelo limite da propriedade da terra no Brasil.

De acordo com a Constituição brasileira, o povo pode decidir os rumos do país também por meio de plebiscitos. O plebiscito é um instrumento que a população tem para modificar a Constituição, mas, para que seja oficial, só pode ser convocado pelo

Congresso Nacional.

Entretanto, como forma de organização social e de pressão política, movimentos sociais e entidades da sociedade civil organizam plebiscitos populares; é o caso do Plebiscito Nacional pelo Limite da Propriedade da Terra, realizado no início de setembro e cujos resultados foram divulgados na semana passada. A ideia do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, que organizou a votação, é pressionar para que a Constituição brasileira passe a limitar as propriedades rurais em 35 módulos fiscais, medida que significa tamanhos diferentes de acordo com a região do país. A partir dos resultados do plebiscito, a proposta do Fórum é que o tema continue sendo debatido e que, a partir da definição do novo governo, continuem as pressões para que não só o limite da propriedade seja implementado, por meio de um plebiscito oficial, mas também para que a reforma agrária avance no país.

Cerca de meio milhão de brasileiros votaram a favor do limite da propriedade da terra, em 23 estados brasileiros e no distrito federal. Um abaixo-assinado sobre o mesmo tema continua a circular na internet. Segundo um dos coordenadores do plebiscito no Rio de Janeiro, Marcelo

Durão, da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a expectativa é de que a coleta de assinaturas continue até o final do ano. Segundo ele, sempre quando é realizado um plebiscito popular, a ideia é que a partir dos resultados se pressione por um plebiscito oficial, o que não é tarefa fácil. "Queremos dialogar com o próximo governo. Mas nós sabemos como é a questão dos plebiscitos no Brasil. A burguesia é muito organizada por dentro do Estado e não deixa passar essas propostas. Então, é raro termos plebiscitos para algumas questões que são importantes para a classe trabalhadora".

Até hoje apenas dois plebiscitos foram realizados no Brasil - um em 1963 e outro em 1993 - ambos para consultarem a população sobre o sistema de governo. O primeiro consultou os brasileiros se o sistema seria parlamentarista ou presidencialista; já, no segundo, também foi agregada uma outra pergunta: se a população preferia continuar sob o regime republicano ou restaurar o regime monárquico. O mecanismo plebiscito se difere do referendo, que também é uma forma prevista na Constituição de a população exercer o direito à democracia direta. No referendo, o povo é consultado sobre uma lei já aprovada, como aconteceu no caso do Estatuto do Desarmamento, enquanto no plebiscito, a consulta é feita antes da aprovação de uma determinada lei. Um terceiro mecanismo também previsto na legislação brasileira é o da iniciativa popular, que consiste na proposição de um projeto de lei assinado por pelo menos 1% dos eleitores brasileiros, distribuídos em pelo menos cinco estados. A recém aprovada 'Lei da

Ficha Limpa' é um exemplo de projeto de lei apresentado por iniciativa popular.

Caráter pedagógico

Em comparação a outras iniciativas de plebiscitos populares já realizados, os movimentos sociais tiveram pouco tempo para organizar a votação sobre o limite da propriedade da terra.

Em consequência disso, a participação neste plebiscito foi menor do que em outros como o da reestatização da companhia Vale, o do ingresso do Brasil na Alca e o da dívida externa.

Entretanto, os organizadores avaliam que, apesar do pouco tempo, houve um grande esforço para debater o tema. "Se tivéssemos um prazo maior, acredito que teríamos organizado muito mais comitês por todo o país. Mas, por outro lado, foi uma campanha muito pedagógica no sentido de que conseguimos fazer dois ou três debates

por dia em universidades e comunidades sobre a importância da reforma agrária e de limitar as imensas propriedades de terra. Foi uma das campanhas nas quais tivemos mais trabalho neste sentido de formação.

Chegamos a ir mais de uma vez por semana em setores diferentes da mesma universidade".

Para além de limitar o tamanho das propriedades rurais, Durão comenta que durante toda a campanha foi enfatizado o quanto é importante a realização da reforma agrária, que trará benefícios tanto para a população do campo, quanto da cidade. "A reforma agrária tem uma proposta muito mais ampla na qual está incluída a produção de alimentos, moradia, diminuição do inchaço das cidades, comercialização regional, não utilização de sementes transgênicas, a educação no campo. A reforma agrária como um todo é muito importante para o país, ainda que a burguesia não concorde em realizá-la".

ONU alerta para a compra de terras em emergentes – Estado de São Paulo – Economia – 14/10/2010

A Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou ontem orientações para nortear o investimento estrangeiro na compra de terras em países emergentes. As regras foram propostas para conter o que a entidade chamou de “investimento responsável” em agricultura, que procura barrar a compra de milhões de hectares em várias regiões do mundo, muitas vezes em detrimento de quem ocupa essas terras.

As orientações englobam o reconhecimento do direito à terra e aos recursos naturais a quem já ocupa as áreas agricultáveis e a transparência nas transações. “Esses investimentos precisam de uma legitimidade que hoje não existe”, afirmou Olivier De Schutteur, relator especial da ONU para o direito à alimentação, durante a conferência Mundial sobre Segurança Alimentar, em Roma.

A propriedade agrícola tornou-se assunto de grande repercussão por causa da crise internacional de alimentos de 2007 e 2008, quando a elevação dos preços dos grãos provocou protestos e risco inflacionário em muitas economias emergentes.

O episódio também fez investidores ver oportunidade de lucro nos mercados de commodities agrícolas, e levou alguns a comprar vastas extensões de terras em países mais pobres onde o capital escasso impede uma produção de alimentos mais eficiente.

A recente disparada nos preços das commodities, provocada pelas quebras de safras de grãos no Leste Europeu e em outras regiões do mundo por causa de problemas climáticos, atraiu novamente a especulação de investidores financeiros, ajudando a jogar o tema da crise de alimentos no centro das atenções. Esses investidores vêm de países do Golfo, como o Catar, que são dependentes da importação de alimentos, a bancos da Europa e dos EUA e fundos soberanos.

Nas urnas, equilíbrio de ruralistas e sem-terra – José Maria Tomazela - Estado de São Paulo – Nacional – 17/10/2010

Qualquer que seja o resultado do segundo turno, representantes dos ruralistas e dos movimentos sociais de luta pela terra nos parlamentos vão travar uma disputa equilibrada no próximo governo. Os dois lados admitem que as forças, a partir de 2011, vão ficar mais iguais do que eram em legislaturas anteriores.

A bancada ruralista sofreu baixa numérica, mas teve um ganho qualitativo, segundo as lideranças. Os grupos sociais liderados pelo Movimento dos Sem-Terra (MST) consideram-se beneficiários do crescimento do PT, que ampliou as bancadas na Câmara e no Senado. “Houve uma renovação alvissareira”, comemorou, em nota, a direção nacional do movimento.

Os dois lados defendem posições antagônicas sobre o agronegócio e a questão fundiária. O MST quer a limitação no tamanho da propriedade e a revisão nos índices de produtividade para fins de reforma agrária. Os ruralistas, por sua vez, defendem menor rigor na legislação florestal e revisão da dívida do campo. Reeleitos. O setor rural reelegeu 147 dos 241 integrantes da Frente Parlamentar Agropecuária, sofrendo uma redução de 38,6% no quadro. Dos 94 que ficaram fora, 76 tentavam a reeleição e não conseguiram os votos.

Em compensação, a base no Senado ganhou nomes de peso, como os ex-governadores Blairo Maggi (PR), de Mato Grosso, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), de Santa Catarina, e Ivo Cassol (PP), de Rondônia, além do deputado Irajá Abreu (DEM-TO), filho da senadora Kátia Abreu, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA).

Bancadas vêm renovação em lideranças

Nomes tradicionais do agronegócio, como Valdir Colatto (PMDB-SC) e Silas Brasileiro (PMDB-MG), foram reprovados nas urnas, que elegeram novas lideranças como o deputado Irajá Abreu (DEM-TO), filho da senadora Kátia Abreu, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA).

Para o presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, deputado Abelardo Lupion (DEM-PR), o quadro é positivo, pois muitos novatos são comprometidos como agronegócio. Além de Lupion, outros nomes expressivos da linha de frente, como Luiz Carlos Heinze (PP-RS), Ronaldo Caiado (DEM-GO), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Moacir Micheletto (PMDB-PR) e Homero Pereira (PR-MT), se reelegeram.

“Foi uma grande conquista”, disse o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, sobre a adesão do deputado reeleito Aldo Rebelo (PC do B-SP) à causa agrícola.

Relator do novo Código Florestal, Aldo passou a ter um discurso favorável ao agronegócio e, segundo Nabhan, reelegeu-se graças aos votos do setor. O partido que mais elegeu ruralistas foi o PMDB (15), seguido pelo DEM (13) e PP (10). Entre os Estados, o Paraná elegeu 11, seguido por Goiás e Minas, com 7 cada.

As cooperativas paranaenses comemoram as eleições para a Câmara de Osmar Serraglio (PMDB), Alex Canziani (PTB), Cida Borghetti (PP) e Reinhold Stephanes (PMDB). No Senado, 24 senadores têm vínculo como agronegócio. No total, são 81 senadores, mas a maioria está ligada ao governo do PT. Entre os novos integrantes da bancada rural, Waldemir Moka (PMDB-MS) e Ana Amélia Lemos (PP-RS) são boas apostas.

O MST comemorou a reeleição do deputado Ivan Valente (PSOL-SP) com mais de 180mil votos e do ex-líder Valmir Assunção(PT-BA) para a Câmara. Contabilizou,porém,a perda do mandato de Luciana Genro (PSOL- RS) e Renato Simões (PT-SP), ambos com atuação destacada em defesa dos movimentos sociais. Os sem-terra consideram um ganho a eleição do ex-governador do Acre Jorge Viana (PT) para o Senado e grande perda do lado dos ruralistas a derrota de Marco Maciel (DEM-PE) e Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Em nota,a direção nacional do MST avaliou como “alvissareira” a renovação ocorrida na Câmara e no Senado. “No Senado, especialmente, fomos vitoriosos coma eleição de companheiros identificados com as nossas lutas e com a não eleição de senadores que se notabilizaram pela perseguição aos movimentos sociais, identificados com os interesses do agronegócio.” / J.M.T

Terras agrícolas na alça demira – André Neloni Nassar – O Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 20/10/2010

Com a subida dos preços das commodities agrícolas em 2008 e 2009, voltou à ordem do dia o tema da segurança alimentar, ou seja,da exposição de países consumidores e importadores à elevação dos preços dos alimentos e do receio da sujeição aos interesses dos países produtores que passaram a adotar políticas de restrição às exportações. A reação de diversos governos de países que se julgavam expostos a esta nova fonte de “insegurança” alimentar foi anunciar o interesse em investir em compra de terras. Nasceu, assim, a expressão “arresto de terras agrícolas” (farmland grab), como reação aos efeitos negativos que essa maior procura por terra traria aos países com terra disponível.

O tema não ganhou grande visibilidade aqui, no Brasil, porque não vivemos problemas de segurança alimentar e os investimentos estrangeiros em curso no País não são voltados para esse modelo de mitigara insegurança alimentar de países compradores. No entanto, embora o arresto de terras nunca tivesse ocorrido no País, o medo da perda de soberania fez o Estado brasileiro decidir por voltar a discriminar entre controle local ou estrangeiro de empresas brasileiras na compra de terras.

A pergunta que se coloca aqui é: o que seria melhor para a sociedade brasileira, restringir – ou até mesmo impedir – a compra de terras agrícolas por estrangeiros ou criar instituições e impor exigências que levem os estrangeiros a transferir parte dos seus ganhos para as comunidades locais e o Estado brasileiro?

Interpretando os dados do estudo do Banco Mundial *Rising Global Interest in Farmland: Can it Yield Sustainable and Equitable Benefits?* (Interesse Global Crescente em Terra Agrícolas: Pode ele Trazer Benefícios Equitativos e Sustentáveis? – em tradução livre), chego à conclusão de que a segunda alternativa é a melhor para a sociedade brasileira.

O primeiro elemento que dá suporte a essa conclusão é a análise sobre disponibilidade de terra para agricultura. Utilizando uma metodologia bastante defensável, baseada em sensoriamento remoto, critérios de aptidão (presença de chuva, permitindo uma agricultura sem irrigação) e combinação com da dos secundários, o estudo estima a área disponível por país para expansão da produção,

separando a em áreas ocupadas com florestas e não ocupadas com florestas. Como era de esperar, o estudo recomenda a expansão em áreas aptas e disponíveis não ocupadas com florestas.

Dentre os 40 países analisados, Sudão (46 milhões de hectares) e Brasil (45 milhões de hectares) dividem o primeiro lugar em disponibilidade de terras aptas para agricultura, não cultivadas e não ocupadas com florestas. Em grandes regiões, a África subsaariana está em primeiro lugar, seguida da América Latina e do Caribe e, em terceiro lugar (mas com 60% menos) vem a Europa do Leste.

O estudo faz ainda uma análise por atividade agrícola com ênfase em milho, soja, trigo, cana-de-açúcar e dendê. Detalhando a análise por país e atividade agrícola, observa-se que o Brasil é o país com mais área disponível no mundo para soja e cana-de-açúcar e o segundo no milho. No total destas atividades, o Brasil encabeça a lista dos países com 41 milhões de hectares. Países como Rússia e Ucrânia, juntos, têm montantes semelhantes aos do Brasil, mas com aptidão concentrada em trigo e, portanto, com menor flexibilidade do que o caso brasileiro.

O segundo elemento é a tipologia proposta pelo estudo, que classifica os países cruzando duas informações: montantes de terra disponível e lacuna de produtividade (produtividade atual dividida pela produtividade potencial). Países com mais elevados montantes de terra e menor lacuna de produtividade – dado que maior lacuna indica menor nível tecnológico e, conseqüentemente, demanda mais investimentos – seriam aqueles com maior capacidade de atrair investimentos e mais preparados para “tirar proveito” desses investimentos. Como regra geral, os países da América Latina estão no grupo de maior disponibilidade e menor lacuna de produtividade. Os da Europa do Leste estão no grupo de menor disponibilidade e maior lacuna de produtividade. Já os africanos estão no grupo de elevada disponibilidade e maior lacuna de produtividade.

Por fim, o terceiro elemento considerado no estudo é o cruzamento de três variáveis: lacuna de produtividade, razão entre área utilizada para agricultura e área disponível e um a medida de tamanho médio da área cultivada. Países como Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai têm a menor lacuna, maior razão e maior tamanho médio, indicando que têm setores agrícolas mais estruturados e consolidados do que os demais países analisados.

Esses três elementos indicam que a propensão dos investidores a apostar no Brasil é elevada, porque o País temo ativo procurado em abundância; que, atualmente, o Brasil é um dos lugares preferidos para investir, porque resultará na melhor combinação entre valorização do capital e rentabilidade da produção; que existe uma janela de oportunidade que não durará para sempre, porque, no futuro, os países africanos serão preferidos.

O Brasil já se protege nos setores de telecomunicações e financeiro, apenas para tomar dois exemplos, obrigando o investidor estrangeiro a prestar serviços no País e permanecer aqui.

Da mesma forma, podem ser criadas medidas que obriguem o investidor em terra a gerar renda e emprego, não concentrar a posse da terra, cumprir, acima da média do setor, suas obrigações ambientais e promover transferência de tecnologia para produtores menos preparados. Com incentivos corretos, o investidor estrangeiro pode se transformar em exemplo para o setor agrícola. São empresas expostas a um risco reputacional não existente no produtor pessoa física individual. O País deveria ter esse personagem como aliado, em vez de tratá-lo como persona non grata.

✱

DIRETOR-GERAL DO ICONE. E-MAIL:

MDA/Incrá vai acelerar regularização de títulos expedidos em faixa de fronteira

– Sítio Eletrônico do MDA – 22/10/2010

O Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) mudou as regras para agilizar a regularização fundiária de imóveis rurais localizados em região de faixa de fronteira do país. Foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) da última terça-feira (19) uma nova Instrução Normativa (IN) da autarquia, que dará mais rapidez ao processo de ratificação das alienações e concessões de terras realizadas pelos estados nessas áreas. Mais de 30 mil produtores serão beneficiados com a medida, que torna o procedimento menos burocrático.

A expectativa do governo federal é que os milhares de processos instaurados no Incra há quase uma década sejam concluídos. A medida atinge concessões ou alienações efetuadas há várias décadas em áreas de domínio da União – onde os estados não poderiam atuar – ou que não contaram, à época, com o assentimento do Conselho de Segurança Nacional. Os títulos de domínio que tiveram origem nessas alienações ou concessões são nulos de pleno direito, salvo se submetidos ao processo de ratificação do Incra.

“O foco da IN é resolver a situação fundiária na faixa de fronteira e, com isso, garantir a definitiva segurança jurídica desses imóveis”, afirma o coordenador-geral de Regularização Fundiária, Márcio Berbigier.

Mudança

A principal diferença da nova norma com relação à que estava em vigor até então foi fixar três procedimentos diferentes, de acordo com a situação encontrada. Pequenas e médias propriedades (com área de até 15 módulos fiscais) não precisarão mais passar por vistoria, bastando apenas a declaração do proprietário para comprovação de uso e exploração da terra. Somente se houver dúvida quanto à declaração, o Incra fará a vistoria do imóvel, mediante prévia notificação.

Já os pequenos ou médios proprietários donos de mais de um imóvel, cujo somatório das áreas não ultrapassar 15 módulos fiscais (limite da média propriedade), terão seus imóveis vistoriados por meio de um processo simplificado. Desta forma, apenas as grandes propriedades (acima de 15 módulos fiscais) continuarão passando pelo processo formal de vistoria.

Outra mudança tem a ver com o processo de georreferenciamento, que consiste na descrição dos limites e características dos imóveis rurais a partir do registro preciso de coordenadas geográficas. Pequenas e médias propriedades não são mais obrigadas a apresentar a planta georreferenciada. O Incra fará a planta desses imóveis com base no acervo de material cartográfico já existente na autarquia. Dessa forma, apenas proprietários cujos imóveis ultrapassem o limite de 15 módulos fiscais deverão apresentar o georreferenciamento.

Após a análise do Incra, o título de ratificação é averbado à margem da matrícula dos imóveis no cartório, o que assegura o pleno direito do cidadão sobre sua propriedade. Caso a propriedade não seja ratificada pelo Incra, o interessado pode

obter o título definitivo do imóvel por meio de ação de regularização fundiária.
Faixa de fronteira

A medida beneficiará os produtores rurais que vivem em uma área considerável do país – a faixa de fronteira engloba 16,77% do território nacional. Dos 851 milhões de hectares do território do Brasil, aproximadamente 143 milhões hectares estão nesta área. Alguns estados, como o Acre, estão quase totalmente inseridos nela (99,32% da área total do estado).

Há 570 municípios brasileiros na faixa de fronteira, dos quais 403 estão no Sul do País, 98 no Norte e 69 na região Centro-Oeste. São 11 as superintendências do Incra cujas áreas de administração situam-se na Faixa.

Módulo fiscal

O módulo fiscal é uma unidade de medida que varia entre 5 e 100 hectares, de acordo com o município, e serve de parâmetro para classificação da propriedade quanto ao seu tamanho. Pequenas propriedades ocupam até quatro módulos fiscais, as médias vão de quatro a quinze módulos fiscais e as grandes propriedades ocupam uma área superior a quinze módulos fiscais.

Para se ter uma idéia dessa variação entre os municípios brasileiros, tomemos o exemplo de São Paulo, capital, onde o módulo fiscal corresponde a 5 hectares. Lá, a pequena propriedade será aquela que ocupar no máximo 20 hectares. Já em São Félix, na Bahia, onde um módulo fiscal corresponde a 30 hectares, será considerada pequena propriedade aquela que ocupar até 120 hectares.

No Portal do Incra, na parte sobre Cadastro Rural do ícone de serviços, há um documento chamado Índices Básicos 2005, que mostra quantos hectares equivale um módulo fiscal em cada município brasileiro.

Compartilhe:

MST prepara ação logo após 2º turno – O Estado de São Paulo – Capa – 24/10/2010

MST planeja invasões após trégua eleitoral - *José Maria Tomazela – O Estado de São Paulo – Nacional – 24/10/2010*

O Movimento dos Sem-Terra (MST) e outros grupos de luta pela reforma agrária esperam o fechamento das urnas no segundo turno para iniciar uma nova ofensiva no campo. As invasões, suspensas desde o início de maio para não prejudicar a campanha de candidatos do PT, serão retomadas com mais intensidade.

O MST, que aderiu a candidatura de Dilma Rousseff (PT), espera que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva resgate parte da promessa não cumprida de assentar 1 milhão de famílias até dezembro. Segundo a direção nacional, 80% das desapropriações ocorridas nos dez últimos anos devem-se às invasões. Os movimentos sociais farão um esforço para retomar a mobilização no campo.

De janeiro a julho, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Igreja Católica, houve 131 ocupações em todo o Brasil, ante 200 ocorridas no mesmo período de 2009. O número de famílias mobilizadas caiu de 18,4 mil para 11,1 mil e a

formação de novos acampamentos, de 22 para 12. Na mobilização mais recente, o “abril vermelho”, 72 propriedades foram invadidas. A partir de maio, as ocupações minguaram.

O MST justifica que, durante o período eleitoral, as ações reivindicatórias perdem a eficácia. Também informa que as lutas vão seguir o calendário já definido, independentemente do resultado das eleições.

No Estado de São Paulo, que desde 2009 lidera o ranking de invasões no País, acampamentos que estavam as moscas voltaram a receber sem-terra. Na região de Iaras, novos grupos desembarcaram no último fim de semana no acampamento Rosa Luxemburgo. Eles miram 40 mil hectares que seriam terras da União. São áreas ocupadas por fazendas como a Santo Henrique, da Cutrale, que foi invadida no fim de 2009 e teve 12 mil pés de laranja destruídos.

Terras do Pontal são alvo principal

No Pontal do Paranapanema, extremo oeste do Estado, os alvos são as fazendas localizadas no 15.º Perímetro, uma área de 92,6 mil hectares considerada de voluta pelo

Superior Tribunal de Justiça (STJ) em decisão de 26 de agosto. O MST vai pressionar o governo para destinar as áreas para a reforma agrária. “Com a decisão do STJ, após as eleições vamos avançar nessa questão das terras devolutas do Pontal”, disse Gledson Mendes, da coordenação estadual.

O Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Mast) entrou na disputa pelas áreas. “Passada a questão política, vamos organizar as comunidades acampadas e ocupar essas terras”, anunciou o coordenador nacional Lino de Macedo. Segundo ele, são no Pontal o Mast tem 800 famílias distribuídas em nove acampamentos. “Estamos reagrupando aquelas que debandaram durante o período eleitoral.”

O líder do MST da Base, José Rainha Junior, já convocou lideranças de movimentos como o Unidos pela Terra (Uniterra) e o Mast para uma reunião, após o segundo turno. “Vamos tornar público que o Pontal tem terra devoluta para assentar 5 mil famílias”, disse. A forma de mobilização será definida. “Não descartamos as ocupações.”

Rainha controla 12 acampamentos com 2,5 mil famílias nas regiões do Pontal e da Alta Paulista. Só no acampamento Adão Preto, em Araçatuba, ele cadastrou 950 famílias. Os alvos serão uma dezena de fazendas consideradas improdutivas em vistorias do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá).

Pelo País.

A mobilização se estende a outros Estados. Sem-terra estão prontos para a ação na região de Navirai, sudeste do Mato Grosso do Sul. No sul do Para, lideranças do MST e de outros grupos tiveram dificuldade para controlar os acampados na região de Xinguara. Duas fazendas foram invadidas durante o período eleitoral e o clima e de tensão.

O centro-oeste, um dos principais pólos da produção de grãos no País, também entrou no foco do MST. São esperadas ações em Goiás e Mato Grosso. No Rio Grande do Sul, o movimento comemorou a eleição de Tarso Genro (PT), mas as invasões vão continuar. “A expectativa é de que o governo Tarso tenha uma atitude de respeito pelo direito de manifestação”, disse Ana Hanauer, da coordenação estadual.

O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, disse que a retomada das invasões já era esperada. “Vamos cobrar que a

Justiça continue fazendo seu papel”, afirmou. Segundo ele, a decisão sobre as terras do Pontal não é definitiva. “Já houve recurso, ainda não julgado.” / J.M.T.

MST planeja invasões após trégua eleitoral – José Maria Tomazela - Estado de São Paulo – Nacional – 24/10/2010

O Movimento dos Sem-Terra (MST) e outros grupos de luta pela reforma agrária esperam o fechamento das urnas no segundo turno para iniciar uma nova ofensiva no campo. As invasões, suspensas desde o início de maio para não prejudicar a campanha de candidatos do PT, serão retomadas com mais intensidade.

O MST, que aderiu à candidatura de Dilma Rousseff (PT), espera que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva resgate parte da promessa não cumprida de assentar 1 milhão de famílias até dezembro. Segundo a direção nacional, 80% das desapropriações ocorridas nos dez últimos anos devem-se às invasões.

Os movimentos sociais farão um esforço para retomar a mobilização no campo. De janeiro a julho, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Igreja Católica, houve 131 ocupações em todo o Brasil, ante 200 ocorridas no mesmo período de 2009.

O número de famílias mobilizadas caiu de 18,4 mil para 11,1 mil a formação de novos acampamentos, de 22 para 12. Na mobilização mais recente, o “abril vermelho”, 72 propriedades foram invadidas. A partir de maio, as ocupações minguaram.

O MST justifica que, durante o período eleitoral, as ações reivindicatórias perdem a eficácia. Também informa que as lutas vão seguir o calendário já definido, independentemente do resultado das eleições.

No Estado de São Paulo, que desde 2009 lidera o ranking de invasões no País, acampamentos que estavam às moscas voltaram a receber sem-terra. Na região de Iaras, novos grupos desembarcaram no último fim de semana no acampamento Rosa Luxemburgo. Eles miram 40 mil hectares que seriam terras da União. São áreas ocupadas por fazendas como a Santo Henri- que, da Cutrale, que foi invadida no fim de 2009 e teve 12 mil pés de laranja destruídos.

Terras do Pontal são alvo principal

No Pontal do Paranapanema, extremo oeste do Estado, os alvos são as fazendas localizadas no 15.º Perímetro, uma área de 92,6 mil hectares considerada devoluta pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em decisão de 26 de agosto. O MST vai pressionar o governo para destinar as áreas para a reforma agrária. “Com a decisão do STJ, após as eleições vamos avançar nessa questão das terras devolutas do Pontal”, disse Gledson Mendes, da coordenação estadual.

O Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Mast) entrou na disputa pelas áreas. “Passada a questão política, vamos organizar as comunidades acampadas e ocupar essas terras”, anunciou o coordenador nacional Lino de Macedo. Segundo ele, só no Pontal o Mast tem 800 famílias distribuídas em nove acampamentos. “Estamos reagrupando aquelas que debandaram durante o período eleitoral.”

O líder do MST da Base, José Rainha Júnior, já convocou lideranças de movimentos como o Unidos pela Terra (Uniterra) e o Mast para uma reunião, após o segundo turno. “Vamos tornar público que o Pontal tem terra devoluta para assentar 5 mil famílias”, disse. A forma de mobilização será definida. “Não descartamos as ocupações.”

Rainha controla 12 acampamentos com 2,5 mil famílias nas regiões do Pontal e da Alta Paulista. Só no acampamento Adão Preto, em Araçatuba, ele cadastrou 950 famílias. Os alvos serão uma dezena de fazendas consideradas improdutivas em

vistorias

do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Pelo País.

A mobilização se estende a outros Estados. Sem-terra estão prontos para a ação na região de Naviraí, sudeste do Mato Grosso do Sul. No sul do Pará, lideranças do MST e de outros grupos tiveram dificuldade para controlar os acampados na região de Xinguara. Duas fazendas foram invadidas durante o período eleitoral e o clima é de tensão.

O centro-oeste, um dos principais polos da produção de grãos no País, também entrou no foco do MST. São esperadas ações em Goiás e Mato Grosso. No Rio Grande do Sul, o movimento comemorou a eleição de Tarso Genro (PT), mas as invasões vão continuar. “A expectativa é de que o governo Tarso tenha uma atitude de respeito pelo direito de manifestação”, disse Ana Hanauer, da coordenação estadual.

O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, disse que a retomada das invasões já era esperada. “Vamos cobrar que a justiça continue fazendo seu papel”, afirmou. Segundo ele, a decisão sobre as terras do Pontal não é definitiva. “Já houve recurso, ainda não julgado.”

O campo à margem da campanha – Tatiana Farah – O Globo – Nacional – 24/10/2010

Reforma agrária e acampamentos improvisados ficam fora do discurso dos candidatos

SÃO PAULO. Uma coleção de bonecas enfeita o quarto de Antonia Belarmina Santos, de 61 anos. A luz do barraco é puxada por “gato” de energia. Na sala, há um armário de garrafas plásticas cheias de sementes. O tesouro é dividido com os vizinhos: 36 famílias sem terra, há oito anos acampadas sob tapumes na periferia da Grande São Paulo. A família de Antonia é uma das 90 mil que aguardam um lote de terra, acampadas em terrenos públicos, à beira de estradas e em fazendas invadidas.

Organizadas por movimentos como o MST, essas famílias mostram uma parcela da carência de reforma agrária no Brasil. Há entre 2 milhões e 7 milhões delas habilitadas a receber um lote.

A estimativa é do geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, coordenador do DataLuta, da Unesp, maior banco de dados da questão agrária no país.

Segundo o DataLuta, nos últimos 22 anos, o país teve 8.128 ocupações de terra, onde 1,15 milhão de famílias se instalaram precariamente. Em 16 anos, cerca de 1,1 milhão de famílias foram assentadas.

Mas grande parte dos assentamentos foi resultado de regularização de terras, e não de desapropriação: — Os governos Fernando Henrique e Lula usaram o mesmo

procedimento de incorporar a regularização como reforma agrária. É um critério de decisão política — aponta Fernandes.

Para ele, se forem assentadas cem mil famílias por ano (a meta do governo Lula em 2010 é 60 mil), nos próximos dez anos, os conflitos de terra tendem a acabar.

Mas o tema passa em branco no discurso de José Serra e Dilma Rousseff.

O governo Lula assentou 584 mil famílias até setembro. A expectativa do Incra é chegar a 630 mil assentadas. Nos oito anos do governo anterior, foram 540 mil. A maior diferença entre os dois é o número de hectares usados. Segundo o Incra, foram 21,1 milhões de hectares no governo tucano, e 46,9 milhões no petista.

Embora tenha número superior ao governo tucano, Lula não atingiu as metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária, que previa, de 2003 a 2006, 400 mil novas famílias assentadas além da regularização de posse de terra para 500 mil famílias.

Quando o plano acabou, em 2007, não foi renovado.

Com a questão relegada pelos candidatos e sequer mencionada pelos históricos aliados do PT, o MST só decidiu a 15 dias do segundo turno apoiar Dilma Rousseff. Os dois presidenciáveis, no entanto, evitam a expressão “reforma agrária” para falar de “agricultura familiar”.

José Serra (PSDB) defende que é preciso aumentar a produtividade dos assentados e desenvolver a agricultura familiar.

Ao GLOBO, a campanha de Dilma disse que vai continuar o programa do governo e coloca a reforma como “parte do modelo de desenvolvimento”. Não estabelece metas de assentamento e diz que vai seguir o ritmo do governo Lula. Na Comuna Irmã Alberta, um acampamento do MST em Perus (SP), Iranice Pereira, 64 anos, exhibe o barracão onde as famílias se encontram para aulas, reuniões ou festas.

Aponta as ervas no teto de zinco, postas para secar, como ensina um médico que dá aulas no acampamento. As 40 crianças estudam em escolas públicas próximas, uma das poucas facilidades do acampamento em Perus, uma região urbana.

— Não é um acampamento urbano, mas rural. Aqui plantamos grãos, hortaliças, frutas como uvas e framboesas. E pensar que o terreno era para fazer um lixão — diz a coordenadora estadual do MST Érika Aparecida.

O diretor-executivo do Instituto de Terras de São Paulo (Itesp), Marco Pilla, admite que há muito a ser feito, mas afirma que as ocupações podem ser uma “bola de neve”. Para ele, o Bolsa Família estimulou a corrida por terras.

— Temos de pensar a reforma agrária da porteira para fora, em como as famílias podem ter assistência e recursos para se desenvolverem.

Governo prevê limitar agropecuária na Amazônia – Catarina Alencastro – O Globo – O País – 25/10/2010

Decreto restringe atividade ao sul da floresta e deve sair após 2o- turno; ministério cede, porém, sobre BR-319

BRASÍLIA. A agenda verde, que ganhou espaço nesta segunda fase da disputa eleitoral com os dois candidatos à Presidência tentando conquistar os votos dos eleitores de Marina Silva (PV), cresce em importância também no governo. Um documento que contou com a participação de 14 ministérios traça um plano para controlar a expansão da fronteira agropecuária na Amazônia, principal causa do

desmatamento. Depois do segundo turno, deve ser editado um decreto definindo o macrozoneamento EcológicoEconômico da Amazônia Legal, que foi dividida em dez áreas estratégicas com um plano para cada uma. As atividades que essas áreas poderão explorar — agropecuária, mineração, turismo, entre outras — estão definidas no documento.

Por outro lado, o Ministério do Meio Ambiente, coordenador do plano, teve que ceder em alguns pontos, e agora recomenda o asfaltamento da BR-319, estrada que corta a porção mais preservada da floresta e liga Porto Velho (RO) a Manaus (AM). A rodovia é alvo de polêmicas no governo.

— Sou radicalmente contra a BR-319, porque tem uma hidrovia ali. Por outro lado, é fácil falar daqui. Vai viver lá.

Quando você vai lá e vê a demanda do povo, aí você acha bastante razoável ter um carro que te permita uma mobilidade até Manaus — admitiu a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, esclarecendo que a obra só será feita depois de cumpridas as condicionantes ambientais impostas pelo Ibama durante o processo de licenciamento

Vocação econômica de cada região será valorizada Pelo decreto do zoneamento, as dez regiões em que está sendo dividida a Amazônia Legal seguirão suas vocações. O agronegócio terá de ficar restrito agora à parte sul da floresta, onde o desmatamento já é consolidado.

Para conter o avanço do gado, principalmente rumo a áreas mais preservadas, o governo vai lançar uma portaria do Conselho Monetário Nacional acabando com a concessão de crédito rural para as unidades territoriais que se localizam no estado do Amazonas, na região de fronteira do Acre com a Bolívia e o Peru, na parte oeste de Roraima e do Amapá, em uma pequena parte de Mato Grosso (que faz divisa com Rondônia), e na porção centro-oeste do Pará.

— Em nenhum momento estamos dizendo que na Amazônia não pode ter pecuária, que é o maior vetor de desmatamento hoje. O que estamos dizendo é que vai ter pecuária em algumas regiões, mas só que você vai ter que mudar completamente a maneira de desenvolver a pecuária nessas regiões. Em outras áreas, não terá pecuária. E não adianta forçar uma vocação que não existe. Assim, você diz que é possível avançar, tirando esses estigmas, mitos, de que não pode isso, não pode aquilo — afirmou a ministra.

No novo mapa traçado para a Amazônia pelo governo, há um trecho, na região central, que funcionará como escudo, separando as áreas consolidadas ao sul (onde se concentra a maior parte dos cerca de 15% de desmatamento que a floresta já sofreu) do norte, ainda bastante preservado. Nessa zona, a estratégia é fortalecer as unidades de conservação existentes e criar condições para que o extrativismo florestal seja mais rentável.

O texto fala em aumentar o aproveitamento sustentável da madeira e alavancar a medicina tradicional.

Pequenas unidades industriais com produtos da floresta estão previstas, bem como turismo ambiental. O macrozoneamento vai servir para orientar políticas públicas. O governo diz que se formou “um cinturão madeira-boi que circunda e ameaça a floresta”.

Entre os pedaços da Amazônia mapeados, a porção mais extensa é chamada de “Defesa do coração florestal com base em atividades produtivas”. Ali, a ideia é agregar valor a iniciativas florestais, hoje amadoras, e criar uma certificação de origem para produtos naturais. O governo quer que produtos extrativistas ganhem valor agregado e estuda regime tributário diferenciado para mercadorias da floresta.

Em outras áreas, como o centrooeste do Mato Grosso e o leste de Roraima, serão incentivadas a pesca e a aquicultura. A ideia é que a pesca amazônica passe da produção atual de 280 mil toneladas para 900 mil toneladas anuais. Já a criação de peixes em viveiros deve passar de 45 mil toneladas para 5,7 milhões de toneladas por ano. Para tanto, o documento coloca a necessidade de se fortalecer a indústria de beneficiamento e de melhorar a infraestrutura de armazenamento do pescado.

Documento não exclui hidrelétricas e gasodutos Outra deficiência identificada pelo governo é a falta de implementação das unidades de conservação da Amazônia. Embora o presidente Lula tenha criado 24 milhões de hectares em unidades de conservação (95% na Amazônia), os 106 parques e reservas da região não contam com a estrutura necessária.

— Precisamos fazer o que é a nossa obrigação, que é implementar de fato essas unidades, e não só ficar criando unidades de conservação — reconheceu Rômulo Melo, presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. O órgão estima serem necessários R\$ 159 milhões para montar uma infraestrutura básica nessas unidades da floresta.

O documento não nega a existência de grandes empreendimentos de infraestrutura, como hidrelétricas, gasodutos e estradas, nem a exploração de atividades que combinam pouco com a preservação ambiental.

É o caso da mineração, cuja exploração será fortalecida em uma pequena região no centro-leste do Pará e quase toda a porção central do Maranhão.

Nessa região, o forte deverá ser o extrativismo mineral. A estratégia é melhorar a estrutura logística e incentivar o turismo em áreas como o Jalapão. Serão estimuladas ainda atividades como o plantio de florestas para abastecer siderúrgicas com carvão que não é fruto do desmatamento, o carvão verde.

Despejados, sem-terra ateiam fogo em sítio - José Maria Tomazela – O Estado de São Paulo – Nacional – 30/10/2010

Cinco dias depois deterem sido despejados do Sítio Santa Marina, em Pederneiras, região de Bauru, integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) e da Federação dos Trabalhadores Assalariados Rurais do Estado de São Paulo (Fetaresp) voltaram ao local ontem e atearam fogo no pasto. As chamas consumiram a metade da área total da propriedade, de 31 hectares.

De acordo com o dono do sítio, Antonio Aversa Neto, o caseiro reconheceu alguns dos despejados entre os autores da queimada. “Eles ainda o ameaçaram, dizendo que voltarão a invadir o sítio depois da eleição.”

O sítio é vizinho do Assentamento Aimorés, administrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e tinha sido invadido no dia 6 de agosto de 2009. O dono obteve liminar de reintegração de posse na Justiça Estadual, mas o Incra interveio, alegando que o terreno fazia parte do assentamento, que abriga 354 famílias.

Titularidade.

O processo foi transferido para a Justiça Federal de Bauru. Aversa Neto juntou documentos de comprovação da propriedade que remontam à década de 20 do século passado. No início de outubro deste ano, a Justiça reconheceu a titularidade de Aversa Neto sobre a gleba e mandou despejar os invasores.

O produtor rural teve de custear o transporte dos barracos e do pessoal. Segundo ele, os sem terra não aceitam a decisão judicial e mantêm a propriedade sob cerco. A estrada municipal de acesso, que passa pelo assentamento, foi bloqueada com paus e arame. Quando Aversa e o empregado consertavam a cerca, destruída durante a invasão, duas sem-terra passaram de moto e avisaram que não adiantaria arrumar, pois iriam cortar outra vez. “Eles ficam fazendo terrorismo e me impedem de produzir.”

O criador vai esperar o julgamento definitivo do processo de reintegração de posse para entrar com ação de indenização contra o Incra. Quando o sítio foi invadido, ele tinha 100 cabeças de gado e foi obrigado a vender às pressas. Também deixou de produzir, no período, cerca de 60 novilhos. Teve ainda gastos com advogados e para custear o processo. “Os prejuízos estão documentados”, disse. MST.

O MST negou participação no incêndio e informou que os sem-terra despejados não integram o movimento. As pequenas propriedades não estão no foco do movimento, que é voltado para o latifúndio improdutivo. O líder dos assentados, que se identificou apenas como Laércio, não quis falar sobre o caso.

Despejados, sem-terra ateam fogo em sítio - José Maria Tomazela – O Estado de São Paulo – Nacional – 30/10/2010

Cinco dias depois de terem sido despejados do Sítio Santa Marina, em Pederneiras, região de Bauru, integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) e da Federação dos Trabalhadores Assalariados Rurais do Estado de São Paulo (Fetaresp) voltaram ao local ontem e atearam fogo no pasto. As chamas consumiram a metade da área total da propriedade, de 31 hectares.

De acordo com o dono do sítio, Antonio Aversa Neto, o caseiro reconheceu alguns dos despejados entre os autores da queimada. “Eles ainda o ameaçaram, dizendo que voltarão a invadir o sítio depois da eleição.”

O sítio é vizinho do Assentamento Aimorés, administrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e tinha sido invadido no dia 6 de agosto de 2009. O dono obteve liminar de reintegração de posse na Justiça Estadual, mas o Incra interveio, alegando que o terreno fazia parte do assentamento, que abriga 354 famílias.

Titularidade.

O processo foi transferido para a Justiça Federal de Bauru. Aversa Neto juntou documentos de comprovação da propriedade que remontam à década de 20 do século passado. No início de outubro deste ano, a Justiça reconheceu a titularidade de Aversa Neto sobre a gleba e mandou despejar os invasores.

O produtor rural teve de custear o transporte dos barracos e do pessoal. Segundo ele, os sem terra não aceitam a decisão judicial e mantêm a propriedade sob cerco. A estrada municipal de acesso, que passa pelo assentamento, foi bloqueada com paus e arame. Quando Aversa e o empregado consertavam a cerca, destruída durante a invasão, duas sem-terra passaram de moto e avisaram que não adiantaria arrumar, pois iriam cortar outra vez. “Eles ficam fazendo terrorismo e me impedem de produzir.”

O criador vai esperar o julgamento definitivo do processo de reintegração de posse para entrar com ação de indenização contra o Incra. Quando o sítio foi invadido, ele tinha 100 cabeças de gado e foi obrigado a vender às pressas. Também deixou de produzir, no período, cerca de 60 novilhos. Teve ainda gastos com advogados e para custear o processo. “Os prejuízos estão documentados”, disse. MST.

O MST negou participação no incêndio e informou que os sem-terra despejados não integram o movimento. As pequenas propriedades não estão no foco do movimento, que é voltado para o latifúndio improdutivo. O líder dos assentados, que se identificou apenas como Laércio, não quis falar sobre o caso.

Acordo no Japão renova esperanças – Herton Escobar - Estado de São Paulo – Vida – 31/10/2010

A décima Conferência das Partes (COP-10) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) terminou ontem (horário do Japão) da maneira mais inesperada. Com sucesso. E com um espírito renovado de esperança, não só sobre o futuro da biodiversidade do planeta, mas também sobre a capacidade do ser humano de tomar decisões coletivas para a sua própria sobrevivência. Ainda que a única saída para isso seja colocar um valor monetário na vida.

Seja para jogar baralho ou discutir políticas, ao se colocar 193 países numa mesma mesa, as chances de um bom resultado são mínimas. Especialmente quando as decisões tem de ser tomadas por consenso, como é o caso da CDB e da sua irmã, a Convenção sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), ambas nascidas na icônica Rio 92, há 18 anos.

Após o fracasso da conferência do clima de Copenhague (a COP-15 da UNFCCC), no ano passado, a expectativa de que algo positivo poderia sair da conferência da biodiversidade em Nagoya, no Japão, parecia um tanto ingênua. Mas aconteceu. Foi por um triz. E nem todo mundo ficou feliz. Mas aconteceu.

Ao fim de uma angustiante plenária final, que se arrastou em negociações madrugadas adentro, a COP-10 aprovou, com o consentimento dos seus 193 países, um pacote de medidas para frear o crescente ritmo de destruição da biodiversidade. Entre elas, a criação de um protocolo internacional de regras sobre o uso de recursos genéticos de plantas, animais e microrganismos. Se a UNFCCC tem o Protocolo de Kyoto, a CDB tem o Protocolo de Nagoya. Ambos, curiosamente, “nascidos” no Japão.

As negociações que levaram à aprovação do acordo foram tão complexas quanto o tema do qual ele trata, que exige um glossário, uma aula de genética, outra de antropologia e outra de propriedade intelectual para começara fazer um mínimo de sentido. O importante é que havia um compromisso de aprovar esse protocolo e esse compromisso foi cumprido, com uma participação essencial do Brasil.

O País chegou ao Japão com um ultimato: ou se chegava a um acordo sobre recursos genéticos ou não haveria acordo sobre nada mais em Nagoya. Foi uma jogada perigosa, pois o risco de o protocolo não ser aprovado era grande e, caso isso acontecesse, o peso do fracasso da reunião seria pendurado nos ombros do Brasil. Exatamente à 1h30 da madrugada de ontem no Japão, após duas semanas de

exaustivas negociações, o ministro do Meio Ambiente japonês, Ryu Matsumoto, bateu o martelo sobre a mesa e o Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e a Justa e Equitativa Repartição dos Benefícios Oriundos da sua Utilização foi oficialmente adotado.

Ponto final.

Por um breve momento, o auditório do Centro de Congressos de Nagoya vibrou como a arquibancada de um estádio de futebol. E o fantasma de Copenhague pediu licença para se retirar do prédio. “Foi uma vitória do multilateralismo”, disse ao Estado o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, principal negociador do Brasil em ambas as convenções. “É a prova de que essa é a via mais legítima para o tratamento de problemas globais.”

Além do protocolo sobre recursos genéticos, o pacote de aprovações em Nagoya inclui um plano estratégico de metas globais de biodiversidade para o período 2011-2020 e um novo mecanismo financeiro projetado para apoiar o cumprimento dessas metas. Assim como no caso do protocolo, os textos aprovados não são perfeitos. Mas são

realistas, do ponto de vista da sua viabilidade política e financeira. As metas deveriam ser mais ambiciosas, mas são suficientemente fortes para dar à COP-10 o rótulo de sucesso.

O que isso representará para o futuro, só o tempo vai dizer. As decisões não têm força de lei. São acordos políticos. E assim como no caso das mudanças climáticas e do Protocolo de Kyoto, a obrigatoriedade de colocá-los em prática cabe a cada país. Agora governos e cidadãos devem trabalhar para garantir que as metas de 2020 não terão o mesmo destino das de 2010 (nenhuma foi cumprida), que o Protocolo de Nagoya não cairá no mesmo descrédito que o de Kyoto e que o homem mereça um voto de confiança no seu futuro

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

CPDA

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

